



A divulgação das políticas trabalhistas na imprensa carioca e seus impactos na Era do Aço em Volta Redonda¹

Douglas Baltazar GONÇALVES²

Centro Universitário de Volta Redonda, UniFOA

RESUMO

Esse artigo apresenta uma reflexão inicial sobre as políticas trabalhistas no Brasil, principalmente no Governo Vargas, a partir do surgimento da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, na região Sul Fluminense. A empresa possibilitou uma abertura para o campo do com o seu processo industrial e as questões econômicas fizeram Volta Redonda se tornar um destaque nos principais periódicos do país. Esse estudo faz uma revisão bibliográfica de cunho histórico, amparada por periódicos da época, com o objetivo de contextualizar o objeto de estudo. Ao final do artigo, apresentamos uma definição da imprensa da época sobre a Era do Aço, já que era a primeira vez que o país iria conseguir produzir esse tipo de material estratégico para diversos setores da nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho; cidade; imprensa; trabalhador; comunicação.

Introdução

É evidente em diversos estudos que os anos 1930 foram marcados pelo início das políticas institucionais para a regulamentação do trabalho no Brasil. As diversas ações e determinações tinham ênfase na vida social do trabalhador, envolvendo questões sobre a alimentação, habitação, lazer, saúde e vida familiar. O poder do estado agora ganhava outra dimensão, o da “técnica para a construção do povo/nação como uma grande família, em que o Estado/ presidente era o pai/guia”. Todo o discurso governamental buscava como repercussão e enfoque o local de trabalho dos brasileiros, sendo aprofundado também em outras dimensões da vida desse operário (GOMES, 1994, p.237-238).

O primeiro governo da era Vargas (1930-1945) foi marcado pelas relações estabelecidas entre o Estado brasileiro e a consolidação dos direitos dos operários. As

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 19 a 21 de junho de 2015.

² Coordenador e Professor dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda do UniFOA. Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Unirio, email: dougalsbgoncalves@gmail.com.



diversas ações de políticas públicas para os trabalhadores das indústrias marcaram o legado varguista, que é lembrado constantemente pela nova regulação da legislação trabalhista. A contribuição da historiografia estado-novista e a propaganda governamental, em conjunto ao carisma de Vargas, foram fatores fundamentais que o levaram a conquistar a imagem positiva, sendo do “criador” dos direitos trabalhistas dos brasileiros. Vargas conseguiu enquanto presidente da República, articular o desenvolvimento econômico centralizado pelo Estado cada vez mais corporativo. As mudanças e impactos na organização do trabalho foram além da questão política, mas marcaram a transição de uma economia rural para a urbano-industrial. Essa mudança de um país ruralista para a produção industrial é classificada como um processo de modernização social (D'ARAÚJO, 2007).

Vargas defendia o “Estado Novo ou Estado Nacional, como uma maneira de dar forma política às tendências sociais e econômicas da vida brasileira.” (DIÁRIO CARIOCA, 1941). O tradicional discurso do presidente no dia 1º de maio enfatizava a importância do trabalho para a nação:

Aqui estou, como de outras vezes, para compartilhar das vossas comemorações e testemunhar o apreço em que tenho o homem de trabalho como colaborador direto da obra de reconstrução política e econômica da pátria. (IMPARCIAL, 1941)³

Para esse estudo utilizamos como metodologia científica uma revisão bibliográfica de cunho histórico, amparada por periódicos da época, com o objetivo de contextualizar o objeto de estudo.

Para o presidente, os trabalhadores foram privados de direitos e benefícios durante um longo período. Nesse contexto, o Estado Novo seria responsável pela realização em promover o trabalho, dentro de uma ordem legal, para assegurar um regime de justiça e paz, para trazer a felicidade à Pátria Brasileira. Mesmo com todo o carisma do presidente Vargas, as ações políticas autoritárias do seu governo foram desenvolvidas, com a justificativa de que a democracia era incapaz de resolver conflitos sociais. Assim, somente o Estado autoritário poderia estabelecer e manter os direitos dos trabalhadores e até mesmo o crescimento econômico. Os benefícios trabalhistas foram ampliados a diversos grupos sociais, contribuindo com o melhoramento das condições de vida. O Estado agia como um tutor, criando ações e serviços de moradia e assistência à infância, alimentação, postos de saúde, creches, maternidades e a criação do ensino

³ Discurso do Presidente Getúlio Vargas, divulgado em 3 de maio de 1940, em Imparcial.



profissional junto às fábricas, além das vilas operárias e casas populares. (IMPARCIAL, 1940)⁴

Toda a legislação valorizava a unidade sindical, que era cada vez mais dependente do Estado. O governo, em 1939, cria a Justiça do Trabalho, que seria responsável em organizar as ações e políticas sobre as relações de trabalhistas. Para manter as ações sindicais, em julho de 1940, a contribuição sindical foi criada. O pagamento do imposto representava o valor de um dia de trabalho, mesmo que o trabalhador não fosse sindicalizado. A sistematização das leis trabalhistas aconteceu em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Outro fator importante para os benefícios referentes aos trabalhadores foi à criação do salário mínimo. Havia uma previsão na Constituição de 1934, sobre a normatização de um salário que atendesse as necessidades básicas dos trabalhadores, mas somente em 1940, ele foi estabelecido. O valor do salário era adequado de acordo com as características de cada região do país (FAUSTO, 2013, p. 318-320).

É interessante ficar atento ao vocabulário utilizado no discurso de Vargas. Para ele, esse conjunto de ações seria um “programa renovador” que teria um comprometimento com questões sociais e econômicas. Um exemplo, disso foi a lei de fixação do salário mínimo. “O estabelecimento de um padrão mínimo de vida para a grande maioria da população, aumentando, no decorrer do tempo, os índices de saúde e produtividade, que auxiliaria na solução de importantes problemas que retardam a marcha do nosso progresso” (IMPARCIAL, 1940).

Surge a Companhia Siderúrgica Nacional

O ano de 1940 foi marcado por diversos anúncios importantes para o trabalhador brasileiro. O presidente Getúlio Vargas autorizou decreto para a constituição da Companhia Siderúrgica Nacional, no cumprimento a sua promessa de resolver no Brasil problema da siderurgia pesada. O Plano Siderúrgico Nacional planejou a construção de uma usina siderúrgica, em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. A empresa ocuparia uma área de um quilômetro por três quilômetros. Na preparação do terreno, na fundação e construção dos grandes edifícios foram necessários mais de mil trabalhadores e operários. O material importado dos Estados Unidos era de mais de 120 toneladas. Para o funcionamento da empresa seria necessário mais de 4 mil homens,

⁴ Idem, Ibidem.



sob o comando de dezenas de técnicos. Uma cidade operária também foi construída, com capacidade para 20 mil habitantes. A localização da usina foi escolhida justamente pela proximidade da estação de Volta Redonda, entre a linha da estrada de ferro Central do Brasil, o Rio Paraíba, a localidade estava a 145 quilômetros do Rio de Janeiro e 354 quilômetros de São Paulo. A sede da usina ficaria entre os dois maiores centros consumidores do país, o que facilitaria a distribuição dos produtos finais da empresa. A posição da empresa facilitaria o abastecimento da usina, com o minério de ferro que chegava de Minas Gerais, além do carvão descarregado no porto do Rio de Janeiro. O carvão era trazido de Santa Catarina e a mistura dele com um carvão importado que seria utilizado na produção da CSN (DIÁRIO CARIOCA, 1940).

A reportagem do Diário Carioca de 1940, relata que Guilherme Guinle foi um dos responsáveis pela realização do acordo de cooperação com os EUA, e permitiu o êxito para definir a construção da CSN. Ele informou a agência de notícias *United Press*, no dia 2 de outubro de 1940, que 10 mil operários e suas famílias seriam sustentados pela nova usina metalúrgica. Além disso, Guinle enfatizou que a sede seria em Volta Redonda, no Rio de Janeiro com uma capacidade de produção de 300 mil toneladas por ano. Os possíveis técnicos que iriam para o Brasil para auxiliar os trabalhos na construção da usina seriam da empresa *United State Steel Corporation*.

O proprietário da cerâmica Barreiro & Cia, registrou ao jornal *A Noite*, que após a divulgação sobre a construção da CSN, foi resolvido um problema que eles tinham que era a falta de mão de obra. Dezenas de trabalhadores iam para a cerâmica, para pedir emprego, mas seria de forma temporária, já que iriam aguardar emprego na construção da usina.

O projeto da cidade operária foi feito por estudos dedicados a abordagem urbana, com serviços de água e esgotos. O responsável pelo projeto da cidade foi Ary Torres. Ele fazia parte da comissão responsável pela instalação da siderúrgica no país. O local foi escolhido para ser sede da CSN, por estar situado entre a linha da estrada de ferro Central do Brasil e o Rio Paraíba do Sul. A 145 quilômetros de distância do Rio de Janeiro e 354 quilômetros de São Paulo, com a justificativa de estar entre os maiores centros consumidores do país, facilitando a distribuição dos produtos. Havia também um pensamento estratégico para facilitar o abastecimento da usina, tanto com o minério de ferro, vindo de Minas Gerais, quanto para o descarregamento de carvão no porto do Rio de Janeiro. O minério de ferro seria transportado pela linha da própria Central do Brasil, já que nas margens da linha encontram-se jazidas, evitando o processo de



baldeação. O carvão utilizado na produção seria transportado de Santa Catarina. (DIÁRIO CARIOCA, 1940)

Mesmo com a quantidade de especialistas formados pelas escolas de Engenharia, há um destaque para a Escola Técnica do Exército Brasileiro, sediada no Rio de Janeiro e a Escola de Minas e Metalurgia, de Ouro Preto, houve a necessidade de que os engenheiros brasileiros fossem aos EUA para realizar estágio, em usinas para adquirir experiência no setor siderúrgico. Em Volta Redonda, os engenheiros americanos trabalharam na formação e preparação dos novos técnicos brasileiros, que depois teriam que gerenciar a direção das diferentes instalações da empresa. (A NOITE, 1941)

O dia 1º de Maio de 1941 marcou a instalação da Justiça do Trabalho, que passou a funcionar em todo o território nacional. O ministro Valdemar Falcão, apresentou em seu gabinete uma exposição do mecanismo da nova instituição, que iniciou a partir das primeiras juntas de conciliação e julgamento. O trabalhador teria o apoio de uma legislação específica e mais eficiente que a justiça comum. A Justiça do Trabalho surgia para ser um órgão capaz de proporcionar de promover a conciliação e harmonia. (DIÁRIO CARIOCA, 1941)

O Estado Novo investia as suas ações em diversos campos sociais, principalmente na alimentação. Como havia problemas sobre a qualidade dos alimentos, o Ministério do Trabalho criou o Serviço de Alimentação da Previdência Social, esse projeto tinha como objetivo ensinar para as donas de casa, alguns conhecimentos práticos sobre alimentação e economia doméstica. O curso tinha a finalidade de instruir sobre culinária, noções de higiene, com um auxílio na maneira correta de preparar cardápios proporcionando harmonia entre os alimentos utilizados. Era uma preocupação em ensinar esse grupo a ter uma alimentação adequada com vitaminas protetoras. Os técnicos em alimentação preparavam aulas de culinária e contribuíam com a campanha educacional a favor de uma boa alimentação. Os cursos tinham duração de três meses, as esposas e filhas dos operários participavam e ganhavam um certificado do curso de donas de casa, a atividade era gratuita para as famílias de operários (DIÁRIO CARIOCA, 1941). A preocupação com a família era ampla no Estado Novo. A legislação social brasileira criou decreto sobre o trabalho dos menores. A temática necessitava de uma definição adequada, para manter a saúde adequada dos menores e o com a sua ajuda às famílias pobres teriam uma complementação na renda.

Os menores eram explorados, em diversos setores das indústrias e no comércio, sem lei que o protegesse adequadamente. A lei estabelecia que jovens com 14 anos e



com menos de 18 poderiam trabalhar. Havia também a regulamentação sobre a moralidade dos serviços. Os menores não poderiam exercer as seguintes funções: cassinos; cabarés; em circos como acrobatas; ou então em qualquer outra função que ofendesse os bons costumes à moralidade pública; venda à varejo de bebidas alcoólicas. O decreto também destaca a preocupação com o desenvolvimento físico e mental do menor e também sua remuneração. Esse trabalho dos menores atendia a necessidades econômicas e também de preparação dos futuros trabalhadores do país. O Estado tinha como função de fiscalizar se havia exploração dos menores. (DIÁRIO CARIOCA, 1941)⁵.

O Ministério do Trabalho mobilizou autores para criar um concurso literário com o tema principal envolvendo o trabalhador brasileiro. A ideia era promover a produção de romances e peças de teatro sobre a realidade e o cotidiano da classe trabalhista. Havia orientação que os textos fossem de linguagem simples e acessível a todos os proletários, mas com padrão educativo e que apresentassem otimismo e as virtudes humanas. Após a escolha dos melhores trabalhos o Governo iria imprimir o material para publicar e distribuir o conteúdo para os sindicatos. As peças teatrais seriam apresentadas em todo o Brasil nas comemorações do Estado Novo em 10 de novembro de 1942. O conteúdo não seria explorado comercialmente, mas para divulgar a cultura nos meios trabalhistas. (DIÁRIO CARIOCA, 1942)⁶

Em janeiro de 1942, após o ataque japonês a Pearl Harbour, os Estados Unidos passaram a ter dois objetivos principais, de ruptura das relações diplomáticas dos países americanos com o Eixo e ter o monopólio do abastecimento de matérias-primas, formalizando o acordo militar de proteção de todo o Continente. Nesse contexto Getúlio Vargas rompe com a Alemanha, Japão e Itália, e assina os Acordos de Washington, em março de 1942. Com isso, o Brasil consegue a quantia de 200 milhões de dólares, sendo que desse total, 45 milhões seriam para o início das obras da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. A ideia da comissão responsável pela construção da CSN era de que a usina de Volta Redonda iniciasse suas atividades de produção de aço em 1943. Todas as máquinas seriam importadas e com os recursos do *Export-Import Bank* que chegavam a 20 milhões de dólares. (GOMES, 2007, p 429).

Todos os projetos da empresa foram feitos nos EUA, com a supervisão de técnicos brasileiros da firma Arthur G. Mackee & Co. com engenheiros consultores de

⁵ A nossa opinião. O trabalho dos menores. Diário Carioca, 16 de setembro de 1941.

⁶ O concurso literário do Ministério do Trabalho, Diário Carioca, sábado, 21 de março de 1942.



Cleveland, firma com experiência na construção de usinas em outros locais do mundo. O tenente-coronel Macedo Soares foi o responsável pela organização dos escritórios técnicos de Nova York para auxiliar no tratamento dos planos da nova empresa brasileira. A produção da empresa seria de trilhos e acessórios, barras, vergalhões, barras, chapas finas e médias que auxiliariam na construção de navios no país. A ideia era de que a siderúrgica produzisse a quantidade ideal para o consumo interno de aço e que haveria um aumento de 50% justamente condicionado ao crescimento do consumo interno. Para a construção desse grande empreendimento pessoas de diversas partes do país tiveram como esperança de emprego a obra da CSN. Com os investimentos o jornal *Ilustração Brasileira* de 1945 relatou que:

Alguns estudiosos chegam mesmo a elaborar planos econômicos para o futuro do Brasil na base do que Volta Redonda deverá produzir, e os cálculos feitos em cruzeiros, de preferência, estimam os saldos favoráveis da nossa balança comercial em face daquele empreendimento. (ILLUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 1945)

Em 1944, Volta Redonda era exaltada nos jornais de todo o país, como o símbolo do progresso. A cidade era uma “colmeia febricitante de trabalho e esforço produtivo”⁷. A diferença segundo alguns articulistas é de que o trabalho era orientado, justamente por técnicos especialistas que trabalhavam junto com os operários na construção da usina. Aproximadamente 15 mil pessoas estavam ali diariamente colaborando com aquela obra. Havia uma esperança de que o fim da obra não tivesse atraso, mesmo com os problemas de transporte enfrentado justamente porque a Segunda Guerra Mundial estava em andamento. Uma central de concreto foi montada para a construção da usina e produzia diariamente mil toneladas de concreto. A expectativa era de que quando a empresa estivesse em funcionamento chegasse à marca de um milhão de toneladas de aço (ILLUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 1946).

Num local alto e privilegiado foi construído o Hotel Bela Vista, criado principalmente para receber os técnicos americanos. A disposição das casas seria ao lado da linha férrea, próximo à sede da empresa. A CSN ficaria situada entre a linha de trem e o Rio Paraíba do Sul. O governo havia instalado também prédios provisórios para o funcionamento de escritórios, restaurantes e o hospital da CSN. Ao mesmo tempo a empresa já estava construindo o hospital de Volta Redonda teria todo o padrão necessário para atendimento de milhares de trabalhadores.

⁷ Jornal A Manhã, 19 de abril de 1942.



A Era do Ferro e do Aço

A Usina de Volta Redonda foi inaugurada em 12 de outubro, de 1946, com a presença do Presidente Eurico Gaspar Dutra, que teve um governo marcado pela organização da burguesia sem fazer ligações com as estratégias populistas de Vargas. A imprensa do Rio de Janeiro analisava constantemente a importância da construção de uma siderúrgica para a economia, pois o Brasil tinha a maior reserva de ferro do mundo. Sendo então possível, a partir desta matéria prima, criar diversos outros produtos como: os arados, as locomotivas, os aviões, as armas para os soldados. O jornal Diário Carioca define que chegamos à chamada “Era de Ferro”, possibilitando um crescimento importante para o país. O processo de desenvolvimento da indústria do aço historicamente repetiu o caminho da expansão capitalista. As negociações capitalistas alinhados aos produtos de transporte, eletricidade, produtos químicos e meios de transporte, passaram a formar o que a revista Ilustração Brasileira de 1945, definiu como Era do Aço (ILLUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 1945). Outras indústrias básicas de máquinas e produtos pesados se instalaram no país em consequência desse apoio de produtos que a CSN passaria a produzir. A expectativa era de que a CSN conseguiria produzir mais de 70 mil toneladas de aço que iriam suprir a necessidade do país. (VIDA DOMÉSTICA, 1946). Esses acontecimentos fizeram de Volta Redonda um símbolo de cidade ideal para o trabalho, que seria estruturado a partir das relações sociais e econômicas estabelecidas pela CSN .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa ainda está em andamento e apresenta reflexões sobre o processo de formação profissional do operário brasileiro. Nesse cenário, a cidade de Volta Redonda têm destaque justamente porque é a sede da Companhia Siderúrgica Nacional, empresa que estimulou a produção de aço no país e contribuiu com a formação de operários técnicos. Toda essa relação entre o Estado e os trabalhadores foi um incentivo marcante na Era Vargas, a partir das leis trabalhistas que foram criadas no período e apresentam implicações até hoje no cotidiano do trabalhador. Sendo assim, esse artigo apresenta a partir das fontes, o papel fundamental da imprensa em explicar para a população quais eram as novas diretrizes do governo sobre as questões trabalhistas que seriam implantadas no período.



REFERÊNCIAS

D'ARAÚJO, Maria Celina. **O Brasil republicano, v.10: sociedade e política (1930-1964)** introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 714p. (História geral da civilização brasileira), p. 429.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14ª Ed. Atual e ampl., 1.reimpr – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013 (Didática, 1).

GOMES, Ângela de Castro Gomes... [et al.]; **O Brasil republicano, v.10: sociedade e política (1930-1964)** introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 714p. (História Geral da Civilização Brasileira), p. 293-294.

Periódicos consultados:

DIÁRIO CARIOCA, edição do dia 2 de outubro de 1940. Disponível no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

IMPARCIAL, edição do dia 3 de maio de 1940. Disponível no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A NOITE, edição de 2 de maio de 1941, Disponível no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

ILLUSTRAÇÃO BRASILEIRA, edição do dia 12 de outubro 1945, Disponível no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.